

TERMO DE REFERÊNCIA

Procedimento de Gestão Administrativa nº: 20.06.0000.0000939/2026-12.

Demandante: Divisão de Engenharia e Arquitetura do MP-AP.

Objeto: A aquisição e instalação de 03 (três) Grupos Geradores Diesel - 150kVA - 1800 RPM 60Hz Carenado Silenciado - StandBy, destinado a Promotoria de Justiça Laranjal do Jari, Complexo Cidadão da Zona Sul e Almoarifado Central.

Modalidade Aplicável: A seleção dará via Pregão Eletrônico.

Com base no Art. 6º do Ato Normativo Nº 0000007/2023-GAB/PGJ, que regulamenta o procedimento para o planejamento das licitações e contratações no âmbito do Ministério Público do Estado do Amapá, a Assessoria de Planejamento e Contratações apresenta o seguinte Termo de Referência:

1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” e “I” DA LEI N. 14.133/2021).

1.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme informações presentes no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

1.2 O prazo de vigência da contratação não pode ultrapassar 12 (doze) meses contados da confirmação do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, estando limitado a 1 (um) exercício financeiro. Respeitando ainda o que versam os artigos 106 e 107 da retromencionada legislação.

1.3 Tratando-se então de aquisição, com a devida instalação do bem, o valor total estimado da solução é de **R\$ 627.919,65** (seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos), conforme Justificativa-Pesquisa Mercadológica presente no Anexo I deste Termo de Referência.

1.4 Da natureza do objeto:

1.4.1 O objeto da licitação não se enquadra como bem de luxo, conforme Ato Normativo nº 0000013/2023-GAB/PGJ, porque não ultrapassar os preceitos previstos no art. 2º, do indigitado normativo:

a) que se revelar, sob os aspectos de qualidade e preço, superior ao necessário para a execução do objeto e satisfação das necessidades da Administração do MP-AP;

b) cujos padrões descritivos ultrapassam demasiadamente a necessidade essencial do bem ou serviço a ser adquirido.

1.5 Dos parâmetros da licitação:

1.5.1 A presente aquisição será feita, por modalidade **PREGÃO**, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sob a forma **ELETRÔNICA** e Ato Normativo Nº0000016/2023-GAB/PGJ. O pregão eletrônico, cujo critério de julgamento será o de menor preço. O modo disputa é **ABERTO** será aplicado o intervalo mínimo de 1,00 (um real) de diferença entre os lances.

1.6 Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeiras:

1.6.1 Não será permitida a participação de consórcios e empresas estrangeiras, por se tratar de bens de baixa complexidade largamente oferecido no mercado nacional.

1.7 Exclusividade/Benefício ME/EPP:

1.7.1 Em razão do valor estimado, não será adotado tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto nos Artigos 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

1.8 Sustentabilidade:

1.8.1 A entrega, sempre que possível, deverá ser efetivada em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA ‘B’ DA LEI N. 14.133/2021).

2.1 Este Artefato de Planejamento demonstra a necessidade de aquisição de geradores de energia para o parquet do MPAP para resolver o problema da falta de energia constante, pois tal falha de fornecimento impacta negativamente as operações do órgão.

2.2 Em suma, a aquisição de grupo gerador de energia é ação necessária para garantir a continuidade das operações do MPAP, alinhada com o Planejamento Estratégico do órgão, isto é exarado no Documento de Formalização de Demanda, que foi transcrito abaixo:

A presente demanda visa à aquisição e instalação de 03 (três) Grupos Motor-Geradores Diesel, com potência mínima de 150 kVA, destinados à Promotoria de Justiça de Laranjal do Jari, ao Complexo Cidadão da Zona Sul e ao Almoarifado Central do Ministério Público do Estado do Amapá – MPAP.



Ministério Público
do Estado do Amapá
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

A contratação justifica-se pela recorrência de interrupções no fornecimento de energia elétrica nas unidades mencionadas, situação que compromete diretamente a continuidade e a regularidade dos serviços institucionais essenciais desempenhados pelo MPAP. A indisponibilidade de energia elétrica impacta negativamente o funcionamento de sistemas críticos, tais como infraestrutura de tecnologia da informação, climatização, segurança patrimonial, atendimento ao público, custódia de bens e documentos, bem como a preservação da integridade física e operacional das edificações.

Ressalta-se que o Ministério Público exerce funções constitucionais de elevada relevância social, razão pela qual a continuidade operacional ininterrupta constitui requisito essencial para o adequado cumprimento de suas atribuições legais. Nesse contexto, a instalação de grupos geradores em regime standby, automático e silenciado, dimensionados tecnicamente para atender às cargas emergenciais das unidades, revela-se solução adequada, proporcional e tecnicamente necessária para mitigar riscos operacionais e garantir a segurança institucional.

A especificação do objeto contempla equipamentos com características técnicas compatíveis com padrões elevados de desempenho, confiabilidade, segurança e eficiência, incluindo operação automática, carenagem silenciada, autonomia mínima de funcionamento, sistemas de proteção elétrica e mecânica, bem como a execução de testes em carga e entrega técnica assistida, assegurando a plena operacionalidade do conjunto desde sua implantação.

A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional e ao Plano de Contratações Anual do MPAP, além de estar vinculada ao Convênio Transferegov.br nº 949698/2023, reforçando seu caráter planejado e a aderência às diretrizes de governança pública, eficiência administrativa e gestão de riscos.

Cumprir destacar que se trata de contratação autônoma, não havendo interdependência com outras contratações para a plena satisfação da necessidade administrativa, nos termos do art. 3º, inciso IV, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022. A aquisição, fornecimento, instalação, testes e treinamento operacional encontram-se contemplados de forma integrada no escopo definido, não sendo necessária a execução de ajustes contratuais paralelos para o alcance do resultado pretendido.

2.3 A contratação justifica-se pela necessidade atual do Órgão, visando garantir melhorias nas instalações.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'C')

3.1 A solução envolve seleção de empresa fornecedora de itens, com sua devida instalação, almejando atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP). Pormenorizadamente, a solução se traduz na seleção e contratação de fornecedor de bens e a instalação destes, em razão da necessidade de melhoria de equipamento do tipo "fonte suplementar de energia", comumente denominado Gerador de Energia.

3.2 A empresa que tiver sua proposta escolhida se qualificará mediante procedimento de Pregão, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com o menor formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menor possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.

3.3 Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estão dispostos no Termo de Referência e demais artefatos, dentre os quais, estarão definidas as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto

3.4 O objeto grupo gerador é considerado bem-comum por reunir características que definem objetivamente os padrões de desempenho, de qualidade, de potência, de tensão nominal, tipo de combustível utilizado, frequência, inclusive com referência de modelos de marcas reconhecidas no mercado.

3.5 Após pesquisas em diversos processos licitatórios no Portal de Compras do Governo Federal sobre o fornecimento e instalação de grupos geradores diesel de energia elétrica, observou-se que em editais que tratam desse objeto não se exige CPU's (Composições de Preços Unitários), composição de BDI e Encargos Sociais, pois se trata de solução de baixa complexidade, pois o equipamento é entregue pronto para uso, sendo necessária apenas a interligação com a infra do prédio que será alimentado.

3.6 O responsável pelo acompanhamento da entrega e fiscalização será o Servidor designado pela Administração, que atuará orientando, fiscalizando e intervindo no interesse da Administração, a fim de garantir o exato cumprimento das cláusulas e condições pactuadas entre as partes

3.7 **O prazo de entrega e instalação dos bens é de até 60 dias**, contados do(a) assinatura do contrato, em remessa agendada conforme a avençado com o Órgão. Após a instalação, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pela comissão de avaliação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste nos Artefatos de Planejamento, Edital e na proposta.

3.8 A contratada deverá realizar a entrega técnica conforme o item 10 do Anexo II deste Termo de Referência.

3.9 Na necessidade de avaliação ou vistoria prévia aos locais onde serão instalados os grupos geradores, tal diligência ocorrerá de acordo com o que recomendam os §§ 2º, 3º e 4º, do Art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

3.10 Porém, conforme declarado pela Unidade Demandante, não há necessidade de projetos e obras civis porque nos locais onde serão instalados os novos equipamentos já existem grupos geradores em funcionamento, instalados



Ministério Público
do Estado do Amapá
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

em bases de concreto niveladas e com toda a infraestrutura adequada (cabos de força, sistemas de aterramento, ligações elétricas). Entretanto, se porventura houver necessidade de execução de serviços adicionais nos locais de instalação dos novos grupos geradores, serão por conta do MP-AP.

3.11 Para visita ao local de execução dos serviços, as empresas interessadas deverão procurar a Divisão de Engenharia e Arquitetura – DEA/MP-AP da Procuradoria-Geral de Justiça do Amapá, situada na Rua do Araxá, s/n, bairro Araxá, Macapá (AP) – CEP: 68.903-883, de 08:00 às 14:00 horas, por meio dos telefones (96) 3198-1676 e (96) 3198-1678.

3.12 A visita deverá ser agendada com antecedência de 2 (dois) dias úteis e deverá ocorrer até 3 (três) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da primeira sessão pública.

3.13 A vistoria tem caráter facultativo e caso a empresa não queira participar da visita nos dias agendados, poderá apresentar, em substituição ao Atestado de Vistoria Técnica, Declaração de Vistoria Técnica formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Ministério Público do Estado do Amapá – MP/AP.

3.14 Inexiste ordem de prioridade para a entrega do objeto, mas sugere-se a seguinte ordem:

- a) Complexo Cidadão da Zona Sul;
- b) Almoxarifado Central;
- c) Promotoria de Justiça de Laranjal do Jari

3.15 A Contratada ficará obrigada a manter a garantia dos itens exigidos neste Termo por no mínimo 12 (doze) meses, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar os prejuízos que causar a Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos itens ou de sua respectiva entrega ou ainda relacionados à instalação.

3.16 Durante o período de garantia dos bens, a Contratada deverá arcar com consertos e substituições em decorrência de defeitos de fabricação, transporte, avarias e/ou outros eventos, para os quais a Contratante não concorreu.

3.17 Os consertos necessários durante o período de garantia deverão ser realizados, preferencialmente, no local onde estiverem os bens.

3.18 Sendo necessária a retirada de algum equipamento e/ou componente, a retirada será de responsabilidade exclusiva da contratada, bem como a devolução dos mesmos em plenas condições de funcionamento, arcando com todos os custos envolvidos.

3.19 O prazo para retirada dos objetos deverá ser de no máximo até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Contratante e a devolução dos mesmos em até 10 (dez) dias úteis, a contar da retirada.

3.20 Havendo necessidade de estender o prazo de devolução, a Contratada deverá apresentar justificativa à (ao) Fiscal do Contrato, dentro do prazo de 10 (dez) dias indicados no item anterior, o qual poderá ser estendido até o limite de 20 (vinte) dias.

3.21 Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA 'D' DA LEI Nº 14.133/21)

4.1 Visando assegurar que o equipamento atenda plenamente às necessidades do MP-AP, os requisitos técnicos e operacionais para o gerador de energia foram descritos e detalhados no Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar.

4.2 Assistência Técnica e Garantia: Período de garantia de, no mínimo, 12 meses para o equipamento e serviços de instalação, com previsão de assistência técnica especializada e fornecimento de peças de reposição.

4.3 Documentação: Fornecimento de manuais de operação e manutenção em português, diagramas elétricos, e certificados de garantia.

4.4 Crítérios de Qualidade e Desempenho: O gerador de energia deve ser novo e ser fornecido com todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento e segurança, incluindo silenciador, baterias, carregador de bateria, etc. O desempenho do equipamento deverá ser comprovado por meio de testes a serem realizados após a instalação, atestando o cumprimento das especificações técnicas.

4.5 Requisitos de Sustentabilidade: Embora a principal prioridade seja a funcionalidade e a segurança energética, a Administração Pública busca, sempre que possível, soluções com menor impacto ambiental. A empresa proponente deverá, se possível, apresentar informações sobre as práticas de sustentabilidade de seus equipamentos ou processos, tais como eficiência energética do gerador, sistemas de controle de emissão de gases, e destinação adequada de resíduos (ex: óleo lubrificante usado, baterias).

4.6 Capacitação e Certificações da Contratada: A empresa contratada deverá possuir comprovada experiência na comercialização e instalação de geradores de energia de médio e grande porte. Deverá possuir equipe/pessoal qualificado para a instalação e apresentar Certidões ou Atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme disposto nos incisos I e II do caput do Art. 67, da Lei nº 14.133.

TERMO DE REFERÊNCIA

4.7 A proposta dos interessados deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Ficando facultado conter informações bancárias.

4.8 A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

4.8.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

4.8.2 Normas técnicas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentadas pelo INMETRO.

4.9 **O prazo de entrega e instalação dos bens é de até 60 dias**, contados do(a) assinatura do contrato, em remessa agendada conforme a avençado com o Órgão. Após a instalação, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pela comissão de avaliação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste nos Artefatos de Planejamento, Edital e na proposta.

4.10 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, no Edital e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5 ORÇAMENTO ESTIMADO, COM AS COMPOSIÇÕES DOS PREÇOS UTILIZADOS PARA SUA FORMAÇÃO (art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021)

5.1 A estimativa de custos para a aquisição e implantação do Gerador de Energia Elétrica é um componente crucial para o planejamento orçamentário e a viabilidade da contratação.

5.2 Então, a formação do Custo Total de Propriedade (TCO - *Total Cost of Ownership*) para um sistema de geração de energia envolve diversas variáveis, que não serão utilizadas para a estimativa do valor, pois os novos equipamentos serão instalados em locais onde já existem geradores em funcionamento.

5.3 Tratando-se então de aquisição, com a devida instalação, o valor total estimado da solução é de **R\$ 627.919,65** (seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e cinco centavos), conforme Justificativa-Pesquisa Mercadológica presente no Anexo I deste Termo de Referência.

5.4 A estimativa do valor da contratação foi baseada na análise comparativa das propostas de preço obtidas no levantamento dos valores praticados no setor. As empresas consultadas apresentaram propostas do item solicitado, permitindo uma estimativa unitária e total da contratação.

5.5 Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas na Instrução Normativa ME/SEGES n.º 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.6 A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, o art. 5º, da regra supracitada em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência. Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média e/ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços.

5.7 Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local, incluindo prazos e locais de entrega, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, o qual se fez observar a inexistência de variações significativas dos preços finais.

5.8 Por conhecer as especificidades do objeto almejado, a pesquisa foi realizada pela Unidade Demandante.

5.9 Os detalhamentos das memórias de cálculos, acompanhada dos preços unitários referenciais que lhe dão suporte constam no Anexo I deste Termo de Referência.

6 MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” DA LEI N. 14.133/2021).

6.1 **O prazo de entrega e instalação dos bens é de até 60 dias**, contados do(a) assinatura do contrato, em remessa agendada conforme a avençado com o Órgão. Após a instalação, os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pela comissão de avaliação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste nos Artefatos de Planejamento, Edital e na proposta.

6.2 A contratada deverá realizar a entrega técnica conforme o item 10 do Anexo II deste Termo de Referência.

6.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

TERMO DE REFERÊNCIA

6.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “F” DA LEI Nº 14.133/21)

7.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

7.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela comissão de avaliação a ser designada pela autoridade competente, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.4 A comissão técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para Administração.

7.1.4.1 A comissão técnica do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.1.4.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.1.4.3 A comissão técnica do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.1.4.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.1.4.5 A comissão técnica do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

7.1.4.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pela A comissão do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.1.5 A comissão do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.1.5.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.1.6 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.1.6.1 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pela comissão técnica, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.1.6.2 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

TERMO DE REFERÊNCIA

7.1.7 A comissão administrativa do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.1.8 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.1.9 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.1.10 A comissão do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º). Se necessário, o Fiscal deverá avisar a empresa através de e-mail, no caso de querer deixar documentada a ocorrência.

7.1.11 A comissão do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.12 O contratado deverá manter funcionário para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, Art. 118). O funcionário somente necessitará comparecer ao MPAP quando solicitado, não sendo obrigatória a sua permanência nas dependências do Órgão sem a devida convocação.

7.1.13 A indicação ou a manutenção do funcionário da empresa poderá ser recusada pelo Órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

7.1.14 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.15 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120).

7.1.16 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.17 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.18 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.19 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.20 Após a assinatura do contrato, o órgão convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.21 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa, além de verificar a conformidade das execuções da prestação.

8 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO, MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “G” DA LEI nº 14.133/2021)

8.1 Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND- Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.

8.2 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

TERMO DE REFERÊNCIA

8.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9 DO RECEBIMENTO

9.1 DA RESPONSABILIDADE DE RECEBIMENTO DO MATERIAL:

9.1.1 O recebimento dos bens físicos será realizado pelo(a) servidor/comissão de avaliação a ser designada pela autoridade competente, e na falta/impedimento destes(as) por outro servidor(a) designado(a) (preferencialmente da Unidade Demandante).

9.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pela comissão de avaliação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste documento e na proposta.

9.2.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.2 O contratante realizará inspeção minuciosa no objeto, para fins de recebimento definitivo, no prazo de até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, estando sujeita às seguintes regras:

9.2.2.1 A condição dos produtos, que deve estar em perfeito estado de conservação e não violados/avariados;

9.2.2.2 Comparação entre a marca proposta/qualificada na licitação, e o produto entregue; sendo que somente serão aceitas marcas diferentes às cotadas nas propostas se, e somente se, os produtos entregues forem manifestamente similares ou superiores ao modelo proposto na licitação;

9.2.2.3 Execução de testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e nas especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta, quando for o caso;

9.2.2.4 Concluindo-se que o produto entregue é de baixa qualidade, ou que eventual troca de marca foi solicitada por má-fé ou fraude à licitação, poderá o MP-AP aplicar as penalidades previstas em lei e/ou no Edital de licitação.

9.2.3 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de entrega até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.2.4 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.2.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2.6 A empresa contratada deverá fornecer o material de acordo com as especificações e condições determinadas neste Termo de Referência, assim como marca e modelo conforme proposta apresentada e classificada no ato da licitação.

10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A empresa contratada deverá arcar com todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento do material.

10.2 É de inteira responsabilidade da empresa contratada a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

10.3 Os documentos aos quais a CONTRATADA, por si ou por seus funcionários, tiver acesso e que não forem de natureza pública, considerando-se a Lei de Acesso a Informações (Lei nº 12.527/2011), sejam eles pessoais, processuais ou Institucionais, serão criteriosamente resguardados sob sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, pelos danos causados pela divulgação não autorizada ou utilização indevida das informações.



**Ministério Público
do Estado do Amapá**
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

10.4 A CONTRATADA obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em cumprimento a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), com vista a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais a que tiver acesso em razão do vínculo contratual com o MP-AP.

10.5 A CONTRATADA obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Registro e Manutenção das Informações de seus empregados no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial, mantendo a regularidade das informações em conformidade com o Decreto no 8.373/2014 e demais normas relacionadas.

10.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), assim como substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

10.7 Comunicar ao MP-AP, através do e-mail da Divisão de Material e Patrimônio (dmpap@mpap.mp.br), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data final para entrega, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação. Comunicar ainda o Servidor Responsável.

10.8 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.9 Manter contato com a Divisão de Material e Patrimônio via telefone ou através do e-mail dmpap@mpap.mp.br, para prestar informações acerca da entrega dos materiais, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência e no horário entre 08:00 e 14:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis.

11 OBRIGAÇÕES DO MP-AP

11.1 Requisitar o fornecimento previsto e exigir da empresa contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionadas neste termo de referência.

11.2 Promover, através dos Membros e/ou Servidores Ministeriais, o acompanhamento e fiscalização do fornecimento, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da empresa contratada.

11.3 Cumprir as regras e condições expostas neste Termo de Referência, permitindo a execução do objeto de modo eficiente, fornecendo os meios e condições para que a contratada possa executar suas obrigações.

11.4 Instruir e encaminhar o processo de pagamento, estando todas as certidões de regularidade fiscal devidamente atualizadas e válidas, após o recebimento definitivo.

12 SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.



Ministério Público
do Estado do Amapá
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

12.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 Advertência;

12.2.2 Multa: moratória, em razão do atraso injustificado:

12.2.2.1 Multa: **moratória de 0,1% (um décimo por cento)** por dia, sobre o valor total do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, até o máximo de 30% (trinta por cento), que será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.3 **Multa compensatória de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, em caso de **inexecução parcial do objeto** pela CONTRATADA, que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.4 **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de **inexecução total do objeto**, bem como nas hipóteses de atos fraudulentos com o objetivo de obter vantagens indevidas;

12.2.5 Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Amapá, em face das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

12.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos dos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.3.7 A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

TERMO DE REFERÊNCIA

12.3.8 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

12.3.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.3.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.3.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13 DO PAGAMENTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA “G”, C/C ART. 18, §1º, INCISO II, DA LEI N. 14.133/2021)

13.1 O pagamento será efetuado, por ordem bancária, mediante a apresentação de nota fiscal, correspondente ao fornecimento executado e aceito definitivamente, devendo ser emitida, obrigatoriamente, com CNPJ da Contratada.

13.1.1 As notas fiscais deverão ser encaminhadas à comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “b” da Lei 14.133.

13.1.2 No corpo da nota fiscal deverá ser especificado o objeto contratado e o período faturado no formato dia/mês/ano.

13.1.3 As Notas Fiscais deverão ser emitidas com detalhamento, sendo Nota específica.

13.2 Após verificar que o objeto foi entregue de acordo com as especificações contratuais, o gestor do contrato emitirá o atesto da Nota Fiscal em até 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento na nota fiscal, que será encaminhada à área financeira para:

13.2.1.1 Liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal, no prazo de:

13.2.1.1.1 5 (cinco) dias úteis, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

13.2.1.1.2 10 (dez) dias úteis, nos demais casos.

13.2.1.2 Pagamento da despesa, a contar da liquidação da despesa, no prazo de:

13.2.1.2.1 5 (cinco) dias úteis, nos casos dos valores que não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

13.2.1.2.2 10 (dez) dias úteis, nos demais casos.

13.3 Os prazos de que tratam este Termo de Referência poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.4 Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica em que a despesa originalmente estava inscrita.

13.5 O CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação, concomitante à nota fiscal, da documentação apta a comprovar a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Federal, Estadual e Municipal e a Justiça do Trabalho, discriminados abaixo:

13.5.1 Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, comprovando regularidade com o FGTS;

13.5.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

13.5.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho; e



Ministério Público
do Estado do Amapá
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

13.5.4 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

13.6 Dos valores a serem pagos à CONTRATADA, serão abatidos, na fonte, os tributos federais, estaduais e municipais, na forma da lei.

13.7 Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo Simples Nacional – Lei Complementar n. 123/2006, pela entrega de declaração, conforme modelo constante da Instrução Normativa n. 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa n. 1.244/2012, ambas da Secretaria da Receita Federal.

13.7.1 Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração posterior à situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do ajuste.

13.8 Poderá o CONTRATANTE, após efetuar a análise das notas fiscais, realizar glosas dos valores cobrados indevidamente. Neste caso, a CONTRATADA será informada das razões que motivaram a recusa dos valores.

13.8.1 A CONTRATADA poderá apresentar impugnação à glosa, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

13.8.2 Caso a CONTRATADA não apresente a impugnação, ou caso o CONTRATANTE não acolha as razões da impugnação, o valor será deduzido da respectiva nota fiscal.

13.9 O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pelo CONTRATANTE.

13.9.1 A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

13.10 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, haverá incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, *pro rata temporis*, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização. Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

13.11 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela CONTRATADA, bem como em decorrência de atrasos no recolhimento de multas eventualmente aplicadas.

13.12 O depósito bancário produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

14 DO REAJUSTE

14.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

15 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA 'H', DA LEI Nº. 14.133/2021)

15.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

15.1.1 A presente aquisição será feita, por modalidade **PREGÃO**, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, sob a forma **ELETRÔNICA** e Ato Normativo Nº0000016/2023-GAB/PGJ. O pregão eletrônico, cujo critério de julgamento será o de menor preço. O modo disputa é **ABERTO** será aplicado o intervalo mínimo de 1,00 (um real) de diferença entre os lances.

15.1.2 Considerando a natureza da solução, a seleção será feita via LOTE ÚNICO, não carecendo dividir os itens.

15.2 Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeiras:

15.2.1 Não será permitida a participação de consórcios e empresas estrangeiras, por se tratar de bens de baixa complexidade largamente oferecido no mercado nacional.

15.3 Exclusividade/Benefício ME/EPP:

15.3.1 Em razão do valor estimado, não será adotado tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto nos Artigos 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

15.3.2 Conforme disposto no art. 54, da Lei n.º 14.133/2021, a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

TERMO DE REFERÊNCIA

16 CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:

16.1 A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros

16.1.1 SICAF;

16.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

16.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

16.1.4 Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU;

16.2 Habilitação Jurídica:

16.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; (adotar este item caso se trate de contratada que possua natureza de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI).

16.2.2 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

16.3 Regularidades Fiscal, Social e Trabalhista:

16.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

16.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 13.2.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.3.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.4 Qualificação Econômico-Financeira.

16.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

16.4.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

16.4.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. As empresas criadas no exercício financeiro de 2024 poderão atender a todas as exigências da habilitação, devendo apenas substituir os demonstrativos contábeis pelo Balanço de Abertura.

16.5 Qualificação Técnica

16.5.1 Comprovação de aptidão para entrega de bem de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

16.5.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

TERMO DE REFERÊNCIA

16.5.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

16.5.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17 ESPECIFICAÇÃO DAS GARANTIAS EXIGIDAS

17.1.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão da baixa complexidade do objeto e do baixo nível de risco na execução contratual.

18 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1 As despesas decorrentes da contratação ocorrerão à conta dos recursos consignados no Orçamento do MP-AP para o exercício corrente.

18.2 O Detalhamento da Natureza da Despesa da aquisição dos itens é 449052.

19 ENCAMINHAMENTOS FINAIS

19.1 A Assessoria de Planejamento e Contratações encaminha o presente Termo de Referência que seguirá assinado pela Equipe de Planejamento desta seleção para a devida análise a ser realizada pela Autoridade Competente.

19.2 Segue para apreciação do Secretário-Geral do MP-AP.

Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
ROBSON LUIZ MIRANDA NAIFF Gerente da Divisão de Engenharia e Arquitetura	ROBSON LUIZ MIRANDA NAIFF Gerente da Divisão de Engenharia e Arquitetura	JOSIAS DE SOUZA NASCIMENTO JÚNIOR Agente de Planejamento

19.3 Considerando a necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conclui-se que a referida solução proposta representa um apoio relevante à continuidade das atividades do MP-AP.

19.4 As assinaturas seguirão via Termo de Validação e utilizarão a ferramenta de Assinatura Digital presente no Sistema Urano.

Autoridade Competente
ANDRÉ LUIZ DIAS ARAÚJO SECRETÁRIO-GERAL DO MP-AP

19.5 Desta feita, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, e autorizo a continuidade para o rito denominado Dispensa de Licitação encaminhando à Assessoria de Planejamento e Contratações para devida sequência processual.

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

JUSTIFICATIVA – PESQUISA MERCADOLÓGICA

Número da Proposta de Convênio Transferegov.br N°: 949698/2023

INTRODUÇÃO

O presente documento tem por objeto justificar o procedimento de pesquisa de preços realizada para o subsídio à proposta, ora em tela.

METODOLOGIA UTILIZADA

A presente pesquisa de mercado foi realizada em atenção às orientações da Instrução Normativa SEGES/ME n° 65, de 7 de julho de 2021, e do Acórdão n° 1445/2015 – TCU-Plenário, conforme abaixo:

Parâmetro I (Inciso I do Art. 5° da IN n° 65/2021) - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Por meio de dados do Banco de preços identificamos registros de preços iguais ao objeto a ser contratado, através de procedimentos licitatórios, na modalidade de Pregão Eletrônico, realizados por órgãos federais no exercício de 2024/2025, conforme a tabela abaixo.

Parâmetro IV (Inciso IV do Art. 5° da IN n° 65/2021) – pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Foi realizada a pesquisa de forma exaustiva a nível nacional de fornecedores do ramo, a qual entramos em contato por telefone e por e-mail. Obtivemos como resposta os orçamentos das empresas abaixo relacionadas:

EMPRESA 1: KS SERVIÇOS

Estabelecida: Av Antonio Coelho de Carvalho, n° 2161, Bairro Central, Macapá-AP

Inscrita no CNPJ n°: 07.432.000/0001-00

EMPRESA 2: AMAPÁ ENERGIA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Estabelecida: Rua Odilardo Silva, 1940, Bairro Central, Macapá-AP

Inscrita no CNPJ n°: 28.618.913/0001-95



Ministério Público
do Estado do Amapá

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA



Procuradoria-Geral de Justiça

Item	Especificação do Objeto	Unidade	Quant.	Banco de Preços			Pesquisa com fornecedores		Custo Unitário Médio Estimado	Custo Unitário Total
				Nº Pregão: SIM / IDENTIFICAÇÃO: 09102 679000102-1-000011/2025	Nº Pregão: NÃO Tabela: CAESB/Mês/Ano: 13/09/2025	Nº Pregão: 90062024 UASG: 113210	EMPRESA 1: KS SERVIÇOS CNPJ: 07.432.000/0001-00	EMPRESA 2: AMAPÁ ENERGIA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA CNPJ: n.º 28.618.913/0001-95		
				ORGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FERREIROS	Tabela: CAESB/DF	ORGÃO: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA Comissão Nacional de Energia Nuclear Coordenação do Laboratório de Poços de Caldas				
1	Grupo Gerador Diesel - 150kVA - 1800 RPM 60Hz Carenado Silenciado - StandBy	UND	3	R\$ 221.100,00	R\$ 193.431,32	R\$ 169.760,00	R\$ 212.000,00	R\$ 219.800,00	R\$ 209.306,55	R\$ 209.306,55
CUSTO TOTAL ESTIMADO									R\$ 627.919,65	



Procuradoria-Geral de Justiça

CONCLUSÃO

A pesquisa de mercado foi realizada seguindo as orientações da Instrução Normativa nº 65/2021 e do Acórdão nº 1445/2015 – TCU-Plenário, utilizando os Parâmetros I e IV com vistas a melhor aferir e expressar os valores praticados para o objeto.

Justificamos que foram consultados os Sistemas "Painel de Preço" e "Banco de Preços", ferramentas estas informatizadas que disponibilizam dados de compras públicas homologadas no Comprasnet (Compras Governamentais) como preço de referência de mercado, bem como foi adotado a consulta formal com fornecedores do ramo de atuação compatível com o objeto pesquisado, visando evitar possíveis distorções/ disparidade de preços ou preços inexequíveis, tentando se aproximar o mais fielmente do caso concreto. Assim, não é forçoso aduzir que os orçamentos apresentados estão em consonância com os valores de mercado.

Cumpramos destacar que, a avaliação crítica dos valores foi realizada utilizando como metodologia a MÉDIA das cotações, conforme demonstrado abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE COMPRA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
01	Grupo Gerador Diesel - 150kVA - 1800 RPM 60Hz Carenado Silenciado - StandBy	UN	3	R\$ 209.306,55	R\$ 627.919,65

Deste modo, demonstramos que os valores estão adequados, conforme documentos comprobatórios da cotação realizada, e arquivo denominado "Anexo III – Planilha de Pesquisa de Preços", inserida na sub-aba anexo do Transfere Gov.br, bem como descrito no tópico "introdução" deste documento.

Macapá/AP, 1 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente:
ROBSON LUIZ MIRANDA NAIFF
Data: 02/12/2025 09:13:01 -0300
Verifique em <https://validar.jus.br>

Robson Luiz Miranda Naiff
Gerente da Divisão de Engenharia e Arquitetura do MP-AP

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GRUPO MOTOR-GERADOR DE 150 KVA

Objeto: Contratação de empresa especializada no Fornecimento e Instalação de 3 (três) Grupos Geradores Diesel - 150kVA - 1800 RPM 60Hz Carenado Silenciado - StandBy, destinados à Promotoria de Justiça Laranjal do Jari, Complexo Cidadão da Zona Sul e Almoxarifado Central, que compõem o Convênio Transferegov.br Nº 949698/2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, referente ao processo nº. 20.06.0000.0000863/2024-33- MPAP. Os grupos geradores deverão possuir as seguintes características:

GRUPO MOTOR-GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA, LINHA DIESEL, DA MARCA STEMAC, MWM, MAXI TRUST ou similar, de qualidade equivalente ou superior; montado em contêiner, carenado, silenciado e standby; com potência de no mínimo **150/120 kVA - 136/100 kWe (Emergência / Principal / Contínua)**; trifásico, com fator de potência mínimo de 0,8; na tensão de 220/127 VCA em 60 hz, com rotação nominal de 1800 rpm, para funcionamento singelo e automático, composto de:

- 1) **MOTOR PERKINS, MWM, FPT (FIAT/IVECO), SCANIA, VOLVO, CUMMINS, ou similar** ou similar, potência mecânica bruta mínima de 185 CV em rotação nominal de 1800 rpm, com 4 ou 6 cilindros em linha, com cilindrada de 5,8 litros, injeção direta de combustível, turbo alimentado, com regulador eletrônico de velocidade, ar de admissão pós-arrefecido por intercooler ar-ar e água de refrigeração arrefecida por radiador incorporado, ventilador e bomba centrífuga, dotado de sistema de proteção contra alta temperatura da água, baixa pressão do óleo, filtros com elementos substituíveis para ar tipo seco, para óleo lubrificante e para combustível, sistema elétrico com alternador para carga de bateria e motor de partida em 12 VCC, sensor para detecção da redução do nível da água do radiador do motor, cárter abastecido com carga de óleo lubrificante;
- 2) **GERADOR/ALTERNADOR, MARCA WEG ou similar**, síncrono, excitatriz rotativa sem escovas (Brushless), trifásico, classe de isolamento H, com impregnação à vácuo, 4 polos, mancal único com acoplamento por discos flexíveis, enrolamento do estator com passo encurtado, regulador

TERMO DE REFERÊNCIA



eletrônico de tensão e grau de proteção IP21, rotação nominal de 1800 rpm, tensão 220/127 VCA;

3) **BASE DE MONTAGEM** em estrutura metálica robusta e integralmente soldada com fundo fechado, fabricada em chapas de aço carbono dobradas, com reforços nos locais de apoio dos equipamentos, garantindo o alinhamento adequado, estabilidade estrutural do conjunto e estanqueidade de até 110% de todos os líquidos;

4) **CARENAGEM** composta por contêiner Super Silenciado Leve (SSL) ou similar, com carenagem composta por painéis laterais, teto e portas para acesso ao motor e quadro elétrico, fabricados em chapas e perfis de aço carbono galvanizado, aparafusadas entre si e pintura eletrostática, com utilização de material fono-absorvente em espuma de poliuretano autoextinguível – nível de ruído médio de 75 dB(a) @ 1,5m;

5) **QUADRO/MÓDULO DE COMANDO AUTOMÁTICO**, dotado de microcontrolador Deep Sea, fabricado com chapas de aço galvanizado, montado sobre a base do Grupo Gerador, com proteção de policarbonato para evitar toques acidentais nos componentes de força, conforme solicita a NR10. Permite operação automática e manual, executando supervisão do sistema de CA, comandando a partida e parada do Grupo Gerador em caso de falha da fonte principal (rede).

a. Medições: potência ativa (kW); potência aparente (kVA); energia ativa (kWh); tensões de fase e de linha gerador (VCA); frequência (Hz); corrente das fases do gerador (A); temperatura da água (°C); tempo de funcionamento (h); tensão de bateria (VCC);

b. Sinalizações: modo de operação; indicação de alarme ativo; status do Grupo Gerador;

c. Proteções: sobre/subtensão; sobre/subfrequência; sobrecorrente; sobre/subvelocidade; sobre/subtensão de bateria; alta temperatura da água; baixa pressão do óleo lubrificante;

d. Registro de até 50 eventos;

6) **QUADRO/MÓDULO DE COMANDO MANUAL MICROPROCESSADO**, dotado de microcontrolador Deep Sea, fabricado com chapas de aço galvanizado, montado sobre a base do Grupo Gerador, com proteção de

TERMO DE REFERÊNCIA

poli-carbonato para evitar toques acidentais nos componentes de força, conforme solicita a NR10. Permite operação manual, executando supervisão do sistema de CA (Corrente Alternada).

- a. Medições: potência ativa (kW); potência aparente (kVA); energia ativa (kWh); tensões de fase e de linha gerador (VCA); frequência (Hz); corrente das fases do gerador (A); temperatura da água (°C); tempo de funcionamento (h); tensão de bateria (VCC);
- b. Sinalizações: modo de operação; indicação de alarme ativo; status do Grupo Gerador;
- c. Proteções: sobre/subtensão; sobre/subfrequência; sobrecorrente; sobre/subvelocidade; sobre/subtensão de bateria; alta temperatura da água; baixa pressão do óleo lubrificante;
- d. Registro de até 50 eventos;

7) **SISTEMA DE FORÇA**, com proteção por disjuntor manual, tripolar, fixo, termomagnético, dimensionado contra curto-circuito para o Grupo Motor-Gerador. Chave de transferência composta por dois contadores, tripolares, dimensionados na capacidade nominal do Grupo Motor-Gerador, montada no compartimento de força do quadro de comando. (Somente para opção de Grupo Gerador Automático);

8) **TANQUE DE COMBUSTÍVEL** em polietileno, instalado na base do contêiner, com sensor de nível elétrico (somente para opção de Grupo Gerador Automático) e **indicação da capacidade de 200 litros de diesel, autonomia com tanque cheio de no mínimo 6 horas, com consumo médio de combustível em torno de 32 litros/h;**

9) **ACESSÓRIOS:**

- a. Amortecedores de vibração de elastômero, com corpo metálico resistente a cisalhamento, montados entre o motor/gerador e a base;
- b. Bateria isenta de manutenção, montada na base com suporte, cabos e conectores;

TERMO DE REFERÊNCIA

- c. Retificador de baterias: automático, microprocessado, corrente de saída 5 A, tensão de saída 12 Vcc. Programador horário para partidas e paradas pré-determinadas.
- d. Resistência de pré-aquecimento, controlada por termostato;
- e. Manual técnico em mídia eletrônica (CD);
- f. Garantia de 12 meses, conforme termo de garantia padrão;**
- g. Treinamento básico de operação e verificações de rotina, durante a entrega técnica.

10) **ENTREGA TÉCNICA:** A contratada deverá fazer a entrega técnica do grupo que compreende:


- a. A contratada será responsável pelo fornecimento e instalação de todos os cabos de comando e controle necessários entre o grupo gerador e QTA, de tal forma a garantir seu pleno funcionamento, seguindo todas as orientações do fabricante quanto à instalação;
- b. Os cabos de comando deverão ser instalados em infraestrutura separada dos cabos de força, conforme orientações na NBR 5410 e NR-10.
- c. Verificação da instalação do grupo gerador abrangendo ligações elétricas, sistema de aterramento e demais sistemas operacionais, tais como combustível, arrefecimento, lubrificação e escapamento, inspeção visual do equipamento e disponibilização dos itens necessários à sua operacionalidade;
- d. Execução da primeira partida do grupo gerador;
- e. Realização dos testes operacionais do conjunto e manobras de carga com interrupções momentâneas, com carga;
- f. Treinamento básico de operação e manutenção ao operador da, a fim de garantir o bom funcionamento do equipamento;

TERMO DE REFERÊNCIA




- g. Estas atividades serão executadas por técnicos especializados, em visita única a ser realizada em dias úteis (de segunda a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), após instalação;
- h. A aceitação e pagamento finais do grupo estarão condicionados a apresentação de toda documentação do equipamento e seu perfeito funcionamento;
- i. A contratada será responsável pela execução de ensaios e testes em vazio e em carga do GG de 150kVA que será instalado. Estão inclusos neste item despesas com a locação de um banco de cargas de aproximadamente 150kW para testes com duração máxima de 3 horas;
- j. Todos os materiais necessários para a realização dos testes, incluindo ligações provisórias (cabos elétricos, etc.) devem estar inclusos neste item;
- k. O GG somente poderá ser utilizado para alimentação das cargas emergenciais do MP-AP após resultado satisfatório em todos os testes.

Macapá-AP, 19 de janeiro de 2026.

 Documento assinado digitalmente
ROBSON LUIZ MIRANDA NAIFF
Data: 19/01/2026 14:00:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBSON LUÍS MIRANDA NAIFF
Gerente da Divisão de Engenharia e Arquitetura/MP-AP

 Documento assinado digitalmente
JANDRÉ GIBSON SILVA
Data: 19/01/2026 13:28:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JANDRÉ GIBSON SILVA
Analista Ministerial/Engenheiro civil
Matrícula nº 50277/MP-AP